

A impunidade mata

O brasileiro nunca esteve tão desamparado quanto agora — tanto os habitantes das regiões carentes como os da Grande São Paulo. Há dois vírus que o perseguem: omissão e impunidade. Estão há muito alojados em vários setores do serviço público (e até mesmo no privado). Agora são responsáveis por uma sucessão de mortes que parecem não escandalizar autoridades.

Pacientes de doenças renais e dependentes de transfusões de sangue são as vítimas. A falta de investimentos na saúde, associada à má-formação de profissionais e — é triste dizê-lo — ao desprezo pela vida, já passou dos prontos-socorros para áreas mais complexas da Medicina. Há, no entanto, uma vacina eficaz contra esses males, mas o País resiste em aceitá-la: regras e rédeas.

Nos últimos dias, um raio X apontou a fragilidade da segurança da população doente. Cenas degradantes mostraram a falta de consideração com que o paciente é tratado de Norte a Sul do País. No Instituto de Hematologia Santa Catarina, no Rio, numa geladeira de botequim, 10 mil bolsas de plasma contaminado estavam misturadas às utilizadas na fabricação de fatores de coagulação 8 e 9, usados pelos hemofílicos. Os fiscais da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde constataram outro crime no local: fraude de R\$ 8 milhões anuais contra o Sistema Único de Saúde.

Enquanto a tragédia era justificada de maneira grosseira pelos diretores do instituto, de Pernambuco chegavam notícias sobre a morte de pacientes em tratamento de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais (IDR) de Caruaru. Foram 28 mortes até ontem — quase uma por dia, sem providências para fazer cessar a fila macabra e sem punição. A história está no vaivém entre diretores do instituto e a Companhia Pernambucana de Abastecimento, acusada de vender água contaminada não se sabe com o que para a hemodiálise.

Os dois casos que chocam a sociedade são consequência de um setor sem política definida, sem

fiscalização e sem punição para os que vêm as pessoas morrer nas suas mãos e têm os casos como normais. O delegado de Caruaru definiu o fato como uma verdadeira chacina. As leis garantem que os responsáveis sejam processados por homicídio doloso, mas o instituto nem apontou a causa das mortes.

O que mais parece haver nessas histórias são culpas. A figura do responsável foi esquecida e perde-se tempo tentando definir um único "maldoso".

O instituto de Caruaru errou ao não tratar com eficiência a água. A empresa fornecedora também é responsável pelo produto de qualidade ruim. Há ainda a responsabilidade do governo, que não garantiu o abastecimento contínuo ao IDR, obrigando sua direção a recorrer a carros-pipa, que circulam pela zona rural em busca de água que muitas vezes entra em contato com agrotóxicos.

As leis brasileiras do setor da saúde são modernas. A referente ao sangue é ainda mais eficiente que a existente nos EUA. Apesar de ameaçados pela doença de Chagas, levada por muitos dos 20 milhões de latino-americanos que emigraram para lá, os norte-americanos ainda não tornaram obrigatório o exame para controle do vírus, o que no Brasil já existe há tempos. Existem regras boas por aqui. Não há fiscalização. Há um mês, 150 técnicos do Ministério da Saúde fiscalizam os centros de sangue e fecharam 7 bancos dos 54 visitados.

Esse escandaloso balanço fez 35% dos doadores desaparecer dos bancos; com isso, o País perdeu 300 doadores diários.

A questão é saber se eram doentes ou não! Ninguém saberá, porque os exames para identificação dos vírus nem sempre são feitos. O governo prepara-se agora para, por meio de campanhas, reconquistar os doadores sadios. Há projetos que prevêem convencer a sociedade a denunciar centros de saúde suspeitos, mesmo que sejam estatais. Falta garantir a punição aos responsáveis. Outro disque-denúncia ineficiente será motivo de revolta para a população. A impunidade mata brasileiros e qualquer iniciativa.

O descaso pela vida e a ausência de fiscalização respondem por homicídios culposos

28 MAR 1996

ESTADO DE SÃO PAULISTA